

DIREITO CIVIL

1. Personalidade jurídica.

- I. Capacidade de exercício é a aptidão do indivíduo para, pessoalmente, adquirir direitos e contrair obrigações.
- II. O nascituro, embora tenha proteção legal, não possui personalidade jurídica.
- III. A existência da pessoa natural termina com a morte. Excepcionalmente, pode ser declarada a morte presumida sem a decretação de ausência.
- IV. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Responda:

- (A) todas as opções estão corretas;
 - (B) apenas as opções I e II estão corretas;
 - (C) apenas as opções II e III estão corretas;
 - (D) apenas as opções I e IV estão corretas;
-

I: correta; a *capacidade de exercício* também é chamada *capacidade de fato*, e somente os capazes a têm por inteiro; aqueles que têm essa capacidade podem praticar pessoalmente e sozinhos os atos da vida civil; já a *capacidade de direito* (ou *de gozo*) é a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações; todas as pessoas têm capacidade de direito, inclusive uma criança; assim, uma criança pode locar um imóvel de sua propriedade, pois tem capacidade de direito, mas deve fazê-lo mediante um representante, pois não tem capacidade de exercício; II: correta, pois a personalidade só se inicia com o nascimento com vida (art. 2º do CC); III: correta (art. 7º do CC); IV: correta (art. 14 do CC). Gabarito "A"

2. Marcelo, filho de Joana e Lauro, após realizar uma ressonância magnética, teve diagnóstico de câncer de pulmão. Com isso, Lauro, no dia seguinte, vendeu seu apartamento pela metade do preço de mercado, a fim de levar seu filho para fazer tratamento em renomado hospital nos Estados Unidos da América. Lá chegando, foram informados de que o diagnóstico fora equivocado. Ao retornar ao Brasil, Lauro procurou um advogado que lhe informou acerca da possibilidade de ser anulado o negócio jurídico relativo à venda do imóvel. Nessa situação hipotética, a anulação da venda do imóvel se justifica por motivo de

- (A) erro.
 - (B) estado de perigo.
 - (C) lesão.
 - (D) onerosidade excessiva.
-

Lauro vendeu seu imóvel por quantia *manifestamente desproporcional* à que valia o bem, diante da *premente necessidade* que tinha em relação a custear o tratamento de seu filho, configurando-se, então, o instituto da *lesão* (art. 157 do CC). Não se configura o *estado de perigo* no caso, pois o comprador do imóvel não tinha conhecimento do estado de perigo em que se encontrava o filho de Lauro, requisito necessário para a configuração do instituto previsto no art. 156 do CC. Gabarito "C"

3. A respeito do ato ilícito, é correto afirmar que

- (A) o Código Civil dispõe que constitui ato ilícito lesão causada à pessoa, ainda que para a remoção de perigo iminente.
- (B) comete ato ilícito aquele que, mesmo por omissão voluntária, cause dano a outrem,

ainda que o dano seja exclusivamente moral.

- (C) não comete ato ilícito aquele que exceda manifestamente os limites impostos pelos bons costumes, desde que seja titular de um direito e o esteja exercendo.
- (D) quando a destruição de coisa de outrem se der a fim de remover perigo iminente, ainda que exceda os limites do indispensável, não configurará ato ilícito.
-

A: incorreta, pois, segundo o art. 188, II, do CC, não constitui ato ilícito a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente, tratando-se do famoso “estado de necessidade”; apesar de não se constituir ato ilícito esse tipo de conduta, a pessoa prejudicada, caso não tenha sido culpada pela situação de perigo, tem direito de ser indenizada pelos prejuízos sofridos (art. 929 do CC); B: correta (art. 186 do CC); C: incorreta, pois o abuso de direito é considerado ato ilícito (art. 187 do CC); D: incorreta, pois quando se excede os limites do indispensável para a remoção do perigo, o ato deixa de ser legítimo (lícito) e passa a ser ilícito. Gabarito “B”

4. Para exigir a pena convencional por descumprimento de obrigação, não é necessário que o credor alegue prejuízo:

- (A) por isto é sempre considerada como indenização máxima, sendo inválida a cláusula prevendo ressarcimento suplementar;
- (B) porém se o prejuízo exceder ao previsto na cláusula penal sempre o credor poderá exigir indenização suplementar;
- (C) mas o Juiz deverá reduzi-la se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio;
- (D) mas não pode exceder a 2% (dois por cento) do valor da obrigação.
-

A e B: art. 416, parágrafo único, do CC; C: art. 413 do CC; D: art. 412 do CC. Gabarito "C"

5. A propósito dos vícios redibitórios, é correto dizer:

- (A) A teoria dos vícios redibitórios aplica-se a qualquer vício ou defeito, oculto ou aparente, desde que evidenciado no âmbito de um contrato bilateral oneroso.
- (B) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento do preço, no prazo de 90 (noventa) dias, em se tratando de bens duráveis, móveis ou imóveis.
- (C) Não correm os prazos para obter a redibição ou o abatimento do preço, na constância da cláusula contratual de garantia, mas o adquirente deve denunciar o defeito no prazo de trinta dias seguintes ao seu descobrimento.
- (D) Quando o vício, por sua natureza, só possa ser reconhecido mais tarde, o prazo para obter a redibição ou o abatimento do preço contar-se-á do momento em que se tiver ciência do defeito, até o prazo máximo de 01 (um) ano, para bens móveis.
-

A: incorreta, pois, no regime do Código Civil, deve se tratar de um vício oculto (art. 441 do CC); B: incorreta, pois, no regime do Código Civil, o prazo é de 30 dias, se a coisa for móvel, e de 1 ano, se a coisa for imóvel (art. 445 do CC); C: correta (art. 446 do CC); D: incorreta, pois o *prazo para ciência do vício* é de 180 dias, em caso de móvel, e de até 1 ano, se se tratar de imóvel (art. 445, § 1º, do CC); assim, se uma pessoa comprar um carro com esse tipo de vício e vier a descobri-lo 170 dias depois, cumpriu o primeiro prazo, qual seja, o prazo de 180 dias para a tomada de ciência do problema na coisa; em seguida, começará o segundo prazo, o de garantia para ingressar com uma das ações acima; no caso, o prazo será de 30 dias, por se tratar de móvel; mas se a pessoa só tem ciência do vício 190 dias após a aquisição, o prazo para ciência do vício terá terminado, ficando prejudicado o direito; nesse caso, nem se começa a contar o segundo

prazo, que é o de garantia. Gabarito "C"

6. Assinale a única afirmativa inteiramente correta.

- (A) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias úteis e necessárias, mas só lhe assiste o direito de retenção pela importância das necessárias.
 - (B) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas de produção e custeio.
 - (C) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias e pode exercer direito de retenção pelo valor de todas elas.
 - (D) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias, deve pagar o valor atualizado delas, valor esse que, apurado pela perícia, não poderá ultrapassar o reclamado pelo possuidor.
-

A: o possuidor de má-fé não tem direito de ser ressarcido por benfeitorias úteis, mas apenas por benfeitorias necessárias e, em hipótese alguma, tem direito de retenção por benfeitorias realizadas (art. 1.220 do CC); B: art. 1.216 do CC; C: art. 1.219 do CC; D: art. 1.222 do CC. Para facilitar o entendimento das questões atinentes aos efeitos da posse, segue texto doutrinário a respeito. Gabarito "B"

7. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se, quanto ao regime de bens:

- (A) a comunhão total.
 - (B) a separação total.
 - (C) a comunhão parcial.
 - (D) a participação final nos aquestos.
-

A alternativa "c" está correta, pois reflete o disposto no art. 1.725 do CC. Gabarito "C"

8. Os herdeiros poderão ceder seus direitos hereditários, seja a herança formada por bens móveis ou imóveis. Neste caso, por determinação legal, é CORRETO dizer que podem fazê-lo:

- (A) por instrumento particular.
 - (B) por escritura pública.
 - (C) por petição nos autos do inventário.
 - (D) no auto de partilha.
-

A alternativa "b" está correta, pois reflete o disposto no art. 1.793 do CC. Gabarito "B"

DIREITOS HUMANOS

9. Em 2010, o Congresso Nacional aprovou por Decreto Legislativo a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa convenção já foi aprovada na forma do artigo 5º, § 3º, da Constituição, sendo sua hierarquia normativa de

- (A) emenda constitucional.
- (B) status supralegal.
- (C) lei complementar.
- (D) lei federal ordinária.

A, B, C e D: no Brasil, os tratados só terão validade interna após terem sido aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados e promulgados pelo Presidente da República. Lembrando que a promulgação é efetuada mediante decreto presidencial. Depois de internalizado, o tratado é equiparado hierarquicamente à norma infraconstitucional. Todavia, com a edição da Emenda Constitucional n. 45, os tratados de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais – consoante determina o artigo 5º, §3º, da CF. Ou seja, tais tratados terão hierarquia constitucional. GABARITO “A”

10. Determinado congressista é flagrado afirmando em entrevista pública que não se relaciona com pessoas de etnia diversa da sua e não permite que, no seu prédio residencial, onde atua como síndico, pessoas de etnia negra frequentem as áreas comuns, os elevadores sociais e a piscina do condomínio. Ciente desses atos, a ONG TudoAfro relaciona as pessoas prejudicadas e concita a representação para fins criminais com o intuito de coibir os atos descritos. À luz das normas constitucionais e dos direitos humanos, é correto afirmar que

- (A) o prazo de prescrição incidente sobre o crime de racismo é de vinte anos.
- (B) o crime de racismo não está sujeito a prazo extintivo de prescrição.
- (C) o crime de racismo é afiançável, sendo o valor fixado por decisão judicial.
- (D) nos casos de crime de racismo, a pena cominada é de detenção.

A e B: segundo o art. 5º, XLII, da CF, o crime de racismo é imprescritível; C: segundo o art. 5º, XLII, da CF, o crime de racismo é inafiançável; D: segundo o art. 5º, XLII, da CF, o crime de racismo está sujeito à pena de reclusão e não de detenção. GABARITO “B”

11. Com relação aos chamados “direitos econômicos, sociais e culturais”, é correto afirmar que

- (A) formam, juntamente com os direitos civis e políticos, um conjunto indivisível de direitos fundamentais, entre os quais não há qualquer relação hierárquica.
- (B) são previstos, no âmbito do sistema interamericano, no texto original da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).
- (C) incluem o direito à participação no processo eleitoral, à educação, à alimentação e à previdência social.
- (D) são direitos humanos de segunda geração, o que significa que não são juridicamente exigíveis, diferentemente do que ocorre com os direitos civis e políticos.

A: correta. Todos os direitos humanos se retroalimentam e se complementam, assim infrutífero buscar a proteção de apenas uma parcela deles. Veja-se o exemplo do direito à vida, núcleo dos direitos humanos. Este compreende o direito do ser humano não ter sua vida ceifada (atuação estatal negativa), como também o direito de ter acesso aos meios necessários para conseguir a sua subsistência e uma vida digna (atuação estatal positiva). Percebe-se a interação dos direitos pessoais com os direitos sociais, econômicos e culturais para garantir a substancial implementação do direito à vida. Ademais, o princípio da complementaridade solidária dos direitos humanos de qualquer espécie foi proclamado solenemente pela Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993. Importante transcrever trecho da Declaração de Viena que bem sintetiza as características dos direitos humanos de um modo geral: “Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades

nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais”; B: correta. Isto porque foi o protocolo adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos (Protocolo de San Salvador) que definiu o conteúdo dos direitos econômicos, sociais e culturais no âmbito do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. Entretanto, os direitos econômicos, sociais e culturais já estavam previstos no art. 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos ou Pacto de San José da Costa Rica. Portanto, ou seja, resta claro que os direitos econômicos, sociais e culturais estão previstos (mas não definidos) no texto original da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Percebe-se que a redação da assertiva “b” refere-se simplesmente à previsão dos direitos econômicos, sociais e culturais, destarte nós consideramos esta assertiva como correta também. O gabarito oficial indicou somente a assertiva "a" como correta; C: incorreta. O direito à participação no processo eleitoral é um exemplo típico de direito político e não econômico, social e cultural. Os direitos políticos encontram-se disciplinados no art. 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; D: incorreta. Todos os direitos humanos são juridicamente exigíveis, pois, conforme dito na assertiva “a”, são indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Importante lembrar que os direitos humanos de segunda geração referem-se aos direitos econômicos, sociais e culturais. A titularidade destes direitos é atribuída à coletividade, destarte, conhecido são como direitos coletivos. O seu fundamento é a ideia de igualdade. O grande motivador do aparecimento destes direitos foi o movimento antiliberal, notadamente após a Primeira Guerra Mundial. A URSS teve papel central neste movimento, pois defendia a perspectiva social dos direitos humanos. E tal linha foi consagrada no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. GABARITO “A”

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

12. O rito comum sumário tem suas hipóteses de incidência expressamente disciplinadas no sistema processual civil pátrio. Tal rito apresenta trâmite mais célere que o observado pelo rito comum ordinário, e, exatamente por isso, as causas que o observam têm menor complexidade se comparadas às que tramitam pelo rito comum ordinário. Acerca do rito comum sumário, é correto afirmar que

- (A) no rito comum sumário, não é admissível a ação declaratória incidental. Da mesma forma não se admitem nesse rito, em nenhuma hipótese, quaisquer das espécies de intervenção de terceiros.
- (B) podem observar o rito comum sumário causas cujo valor corresponda a trezentos vezes o valor do salário mínimo e que versem acerca da cobrança ao condômino de quantias devidas ao condomínio.
- (C) ações que seguem o rito comum sumário são dúplices, razão pela qual pode o réu valer-se da reconvenção para formular pedidos contra o autor em seu favor.
- (D) no rito comum sumário, têm as partes que comparecer pessoalmente à audiência de conciliação, jamais podendo se fazer representar por preposto com poderes para transigir.

A: incorreto, pois no rito sumário as intervenções de terceiro são admitidas excepcionalmente, a exemplo da assistência, do recurso de terceiro prejudicado e da intervenção fundada em contrato de seguro (art. 280 do CPC); B: correto, visto que as

causas enumeradas no inciso II do art. 275 do CPC, *independentemente de seu montante*, submetem-se ao rito sumário (art. 275, II, “b”, do CPC); C: incorreto, já que o réu pode formular pedido contraposto na própria contestação. Logo, o ajuizamento de reconvenção se afigura desnecessário e incompatível com o rito sumário (art. 278, §1º, do CPC); D: incorreto (art. 277, §3º, do CPC). GABARITO “B”

13. No âmbito do Direito Processual Civil, os legitimados ativos que proponham ação e interponham recursos poderão desistir deles, desde que respeitados os seguintes termos:

- (A) o recorrente poderá desistir do recurso interposto a qualquer tempo, desde que não se trate de litisconsórcio e que a parte contrária, uma vez intimada, manifeste expressamente sua anuência.
 - (B) a desistência da ação, que produz efeitos somente depois de homologada por sentença, implica extinção do processo com resolução do mérito. Caso tenha transcorrido o prazo para resposta do réu, o pedido de desistência estará sujeito ao seu consentimento.
 - (C) na intervenção de terceiros, a assistência obsta a que a parte principal desista da ação, que somente poderá ocorrer com a anuência expressa do assistente. Nesse caso, a desistência independe de homologação por sentença.
 - (D) o credor poderá desistir de toda execução ou apenas de algumas medidas executivas, desde que suporte as custas e honorários advocatícios decorrentes da extinção dos embargos que versarem somente sobre questões processuais e, nos demais casos, quando houver anuência do embargante.
-

A: incorreto, pois o pedido de desistência apresentado pelo *recorrente* não depende do consentimento da parte contrária ou dos demais litisconsortes (art. 501 do CPC); B: incorreto. A desistência da ação implica extinção do processo sem resolução de mérito, nos moldes estabelecidos pelo art. 267, VIII, do CPC; C: incorreto. A assistência não impede que o assistido desista da ação (art. 53 do CPC); D: correto (art. 569, parágrafo único, do CPC). GABARITO “D”

14. Júlia ingressou com ação de indenização por danos morais e materiais em face da Gráfica Bela Escrita, bem como do Ateliê Alta-Costura, sob a alegação de que o seu casamento não pôde ser realizado tendo em vista que a Gráfica escreveu o endereço errado do local da cerimônia em todos os convites confeccionados, e o Ateliê, por sua vez, não entregou o vestido de noiva no dia do casamento. Tendo sido ambos os réus regularmente citados, o Ateliê Alta-Costura apresentou contestação tempestiva, em que afirmou se isentar de responsabilidade, uma vez que o vestido de noiva já estava praticamente pronto, quando, na véspera da cerimônia, a noiva subitamente decidiu solicitar inúmeras alterações no modelo da roupa, o que inviabilizou a sua tempestiva entrega. A Gráfica Bela Escrita, por seu turno, não se manifestou nos autos. A respeito da situação descrita, é correto afirmar que a contestação apresentada pelo Ateliê Alta-Costura

- (A) aproveita à Gráfica Bela Escrita, não se operando o efeito material da revelia contra este réu, desde que o Ateliê Alta-Costura, uma vez intimado, manifeste expressa concordância.
- (B) não aproveita à Gráfica Bela Escrita, operando-se o efeito material da revelia contra este réu.
- (C) automaticamente aproveita à Gráfica Bela Escrita, não se operando o efeito material da revelia contra este réu.
- (D) reabre automaticamente o prazo para a apresentação de contestação pela Gráfica

Bela Escrita, operando-se o efeito material da revelia somente se este réu, mesmo assim, permanecer inerte.

B: correta. Com efeito, verifica-se a formação de um litisconsórcio passivo, inicial, facultativo e simples ou não unitário. *Passivo* porque há a aglomeração de dois ou mais réus no polo passivo da lide; *inicial*, pois a autora ajuizou a demanda em face de dois réus; *facultativo*, tendo em vista que os pedidos formulados em face de cada um dos demandados poderiam ser apresentados em demandas distintas; *simples ou não unitário*, a considerar que a lide pode ser decidida de modo diferente para cada um dos réus. No exemplo dado, a defesa apresentada pelo Ateliê Alta Costura (não entrega do vestido em função das novas exigências feitas pela noiva na véspera do casamento) não pode ser utilizada pela Gráfica Bela Escrita, já que o próprio substrato fático é diferente em cada um dos casos. Em outras linhas, o que tem a ver a não entrega do vestido da noiva em razão com a não entrega dos convites de casamento em função de o local da cerimônia estar incorretamente descrito? Sendo assim, não se aplica a regra do art. 320, I, do CPC – disposição esta que deve incidir nas hipóteses de litisconsórcio unitário – devendo operar-se o efeito da revelia consistente na presunção de veracidade dos fatos alegados pela autora. GABARITO “B”

15. Em uma ação fundada na responsabilidade civil por suposto erro médico praticado por Cláudio, este foi regularmente citado e, no prazo legal, ofereceu contestação. Em razão do seu falecimento, no curso da lide, foi determinada a suspensão do processo e a habilitação de seus herdeiros ou sucessores no polo passivo. Sendo certo que tal irregularidade não foi sanada no prazo fixado pelo juízo, é correto afirmar, em relação ao processo, que

- (A) deve prosseguir, com a declaração da revelia, cuja consequência ficará restrita à fluência de prazos independentemente de intimação.
 - (B) deve ser julgado extinto, sem resolução do mérito, por falta de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular.
 - (C) deve ser julgado extinto, sem resolução do mérito, por falta de uma das condições da ação.
 - (D) deve ter regular prosseguimento, com a declaração da revelia e a consequente presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.
-

A: correto. O caso reclama a decretação da revelia e não a extinção do processo sem resolução de mérito, justo por se tratar de *irregularidade de representação* da parte ré em juízo (art. 13, *caput* e inciso II, do CPC). Como o réu já apresentara defesa, aplica-se-lhe tão somente o efeito processual da revelia, *in casu*, a desnecessidade de intimação do revel para os demais atos do processo (art. 322, *caput*, do CPC). Se o médico demandado não houvesse oferecido contestação, aí sim haveria cogitar-se de incidência do efeito material da revelia (presunção de veracidade dos fatos articulados pelo demandante na exordial), a teor do que dispõe o art. 319 do CPC. GABARITO “A”

16. Quando a sentença que reconhece obrigação de pagar não determina o valor devido, procede-se à sua liquidação, para que, então, possa dar-se o seu cumprimento. Em relação à sistemática da liquidação no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que o pedido for genérico, o juiz pode proferir sentença ilíquida.
- (B) A liquidação de sentença tem natureza jurídica de ação autônoma.
- (C) A liquidação pode ser requerida mesmo na pendência de recurso ainda não julgado pelo tribunal, hipótese em que deve ser processada em autos apartados no juízo de origem.

(D)Requerida a liquidação, deve a parte contrária ser pessoalmente intimada.

A: incorreto, pois em alguns feitos que tramitam sob o procedimento comum sumário (art. 275, II, “d” e “e”, do CPC) é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida, mesmo quando o autor haja formulado pedido genérico, devendo o magistrado, em tais casos, arbitrar o valor da condenação a seu prudente critério (art. 475-A, §3º, do CPC). A mesma inteligência se estende às demandas sujeitas ao rito sumaríssimo, na forma do art. 38, parágrafo único, da Lei 9.099/95; B: incorreto. A liquidação de sentença tem natureza de *incidente processual*, sendo resolvida, pois, por meio de decisão interlocutória e não de sentença, daí por que desafia o recurso de agravo de instrumento e não o de apelação (art. 475-H do CPC); C: correto (art. 475-A, §2º, do CPC); D: incorreto, porquanto o art. 475-A, §1º, do CPC dispõe que a parte será intimada, na pessoa de seu advogado, sobre o requerimento de liquidação de sentença. Gabarito “C”

17. A ação cautelar tem a finalidade própria de

(A)Interromper a decadência.

(B)Satisfazer direito material.

(C)Satisfazer direito já declarado.

(D)Garantir a viabilidade da propositura e o desenvolvimento da ação principal.

A finalidade da antecipação de tutela é, desde logo, a satisfação do direito (art. 273 do CPC). A finalidade da cautelar é evitar o perecimento do direito (art. 798 do CPC) - que será oportunamente debatido no processo principal. Gabarito "D"

18. A respeito das ações possessórias, assinale a alternativa correta.

(A)O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado no de turbação.

(B)É vedada a cumulação de pedidos com o pedido possessório.

(C)Quando for ordenada a justificação prévia, o prazo para contestar contar-se-á da intimação do despacho que deferir ou não a medida liminar.

(D)A propositura da ação de reintegração de posse, quando cabível manutenção de posse, torna impossível o acolhimento do pedido, impondo a extinção sem resolução do mérito.

A: incorreto, pois o possuidor tem o direito de ser *mantido* na posse no caso de *turbação* e de ser *reintegrado* na hipótese de *esbulho* (art. 926 do CPC). Atenção! O examinador inverte os conceitos para confundir o candidato; B: incorreto, já que tanto autor quanto réu podem cumular o pedido possessório com o de indenização por perdas e danos, em razão da turbação ou do esbulho sofridos (arts. 921 e 922 do CPC); C: correto (art. 930, parágrafo único, do CPC); D: incorreto. Entre os interditos possessórios (interdito proibitório, manutenção e reintegração de posse) impera o princípio da *fungibilidade*, de modo que se, por exemplo, ao tempo do ajuizamento da demanda o autor alegar que sofreu turbação, mas, ao longo da lide, sobrevir o esbulho, o juízo não poderá deixar de conhecer do pedido e julgar improcedente o pedido inaugural. Será de rigor, em tal hipótese, a concessão da reintegração de posse em favor do autor, desde que preenchidos os requisitos legais (art. 920 do CPC). GABARITO “C”

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

19. No tocante às normas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- (A) ao ato infracional praticado por crianças corresponderão as seguintes medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e inserção em regime de semiliberdade.
- (B) a concessão da remissão, que prescinde da homologação da Autoridade Judiciária, é medida que o membro do Ministério Público atribuído poderá adotar no processamento de ato infracional.
- (C) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será imediatamente encaminhado ao Juiz de Direito em exercício na Vara da Infância e Juventude, que decidirá sobre a necessidade ou não de seu acautelamento provisório.
- (D) a medida socioeducativa de internação aplicada em razão do descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta ao adolescente infrator não poderá ser superior a três meses.

A: é do art. 105 do ECA que as crianças que cometerem ato infracional estarão sujeitas tão somente a *medidas protetivas*. Em hipótese alguma, pois, será a elas impingida *medida socioeducativa*, reservada exclusivamente aos adolescentes. Pode-se, portanto, dizer que, em relação a elas – crianças -, vige o *sistema da irresponsabilidade*, já que as medidas de proteção não têm caráter punitivo. Têm, isto sim, natureza administrativa e podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar. Podemos ainda dizer que, em relação aos adolescentes, dada a natureza de sanção que têm as medidas socioeducativas, sua responsabilidade pela prática de ato infracional é *especial*, porque disciplinada em *legislação especial*. A assertiva, portanto, está incorreta; B: proposição incorreta, pois a *remissão*, quando concedida pelo membro do Ministério Público (remissão ministerial), não prescinde de homologação do juiz - art. 126, *caput*, do ECA. De outro lado, uma vez iniciado o procedimento, a remissão não mais poderá ser concedida pelo promotor de Justiça; agora, somente pela autoridade judiciária. Esta é a *remissão judicial*, que importa em suspensão ou extinção do processo (art. 126, parágrafo único, ECA) e tem como propósito amenizar os efeitos da continuidade do processo; C: assertiva incorreta, visto que, pela disciplina do art. 172 do ECA, o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional deverá ser conduzido à presença da autoridade policial competente. Diferentemente, o adolescente apreendido por força de ordem judicial (para o cumprimento de medida socioeducativa de internação; para que compareça à audiência de apresentação etc) será encaminhado à autoridade judiciária – art. 171, ECA; D: assertiva correta. Esta é a chamada *internação com prazo determinado* ou *internação-sanção*. Assim, uma vez aplicada a medida por sentença em processo de conhecimento, cabe ao adolescente a ela submeter-se, independentemente de sua vontade. Se assim não fizer, poderá sujeitar-se à internação-sanção, cujo prazo de duração, a teor do art. 122, § 1º, poderá chegar a três meses. Segundo o STJ, a reiteração pressupõe mais de três atos. Além disso, o descumprimento há de ser injustificável, devendo o juiz, portanto, ouvir as razões do adolescente. A esse respeito, a Súmula 265 do STJ: “É necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa”.
GABARITO “D”

20. À luz do ECA, assinale a opção correta.

- (A) A internação constitui medida privativa de liberdade e, dada essa condição, não é permitida ao adolescente interno a realização de atividades externas, como trabalho e estudo.
- (B) A medida de internação poderá ser aplicada, ainda que haja outra medida adequada, se o MP assim requerer.

- (C) Poderá ser decretada a incomunicabilidade do adolescente, a critério da autoridade competente, quando ele praticar atos reiterados de indisciplina.
- (D) Em caso de internação, a autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de prejudicialidade aos interesses do adolescente.
-

A: Art. 121, § 1º, do ECA (Lei 8.069/90); B: Art. 122, § 2º, do ECA; C: Art. 124, § 1º, do ECA; D: Art. 124, § 2º, do ECA. Gabarito "D"

DIREITO DO TRABALHO

21. Com relação ao contrato de aprendizagem, assinale a alternativa correta.

- (A) A duração do trabalho do aprendiz não pode exceder de quatro horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação de jornada.
- (B) Salvo condição mais favorável, ao menor aprendiz deve ser assegurado o salário mínimo hora.
- (C) É um contrato especial de trabalho que pode ser ajustado de forma expressa ou tácita.
- (D) É um contrato por prazo determinado cuja duração jamais poderá ser superior a dois anos.
-

A: opção incorreta, pois nos termos do art. 432 da CLT, a duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias, sendo vedada a prorrogação e a compensação de jornada. B: opção correta, pois reflete o disposto no art. 428, § 2º, da CLT. C: opção incorreta, pois nos termos do art. 428, *caput*, da CLT, o contrato de aprendizagem deve ser ajustado apenas de forma escrita, não se admitindo de forma tácita. D: opção incorreta, pois o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por prazo superior a 2 anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência, nos termos do art. 428, § 3º, da CLT. GABARITO "B"

22. José Antônio de Souza, integrante da categoria profissional dos eletricitários, é empregado de uma empresa do setor elétrico, expondo-se, de forma intermitente, a condições de risco acentuado. Diante dessa situação hipotética, e considerando que não há norma coletiva disciplinando as condições de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) José Antônio não tem direito ao pagamento de adicional de periculosidade, em razão da intermitência da exposição às condições de risco.
- (B) José Antônio tem direito ao pagamento de adicional de periculosidade de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco.
- (C) José Antônio tem direito ao pagamento de adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre o seu salário básico.
- (D) José Antônio tem direito ao pagamento de adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre a totalidade das parcelas salariais.
-

A: opção incorreta, pois a súmula 361 do TST determina que o trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral, na medida em que a Lei nº 7.369, de 20.09.1985, não estabeleceu nenhuma proporcionalidade em relação ao seu pagamento. B: opção incorreta, pois contraria a disposição contida na súmula 361 do TST. C: opção incorreta, pois para os eletricitários o adicional de periculosidade é calculado com base

na totalidade das parcelas salariais, em conformidade com a súmula 191 do TST. D: opção correta, pois reflete o disposto na súmula 191 do TST. GABARITO “D”

23. Foi celebrada convenção coletiva que fixa jornada em sete horas diárias. Posteriormente, na mesma vigência dessa convenção, foi celebrado acordo coletivo prevendo redução da referida jornada em 30 minutos. Assim, os empregados das empresas que subscrevem o acordo coletivo e a convenção coletiva deverão trabalhar, por dia,

- (A) 8 horas, pois a CRFB prevê jornada de 8 horas por dia e 44 horas semanais, não podendo ser derogada por norma hierarquicamente inferior.
- (B) 7 horas e 30 minutos, porque o acordo coletivo, por ser mais específico, prevalece sobre a convenção coletiva, sendo aplicada a redução de 30 minutos sobre a jornada de 8 horas por dia prevista na CRFB.
- (C) 6 horas e 30 minutos, pela aplicação do princípio da prevalência da norma mais favorável ao trabalhador.
- (D) 7 horas, pois as condições estabelecidas na convenção coletiva, por serem mais abrangentes, prevalecem sobre as estipuladas no acordo coletivo.

A: opção incorreta, pois o art. 7º, XIII, da CF, autoriza a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. Assim, uma vez fixado em acordo coletivo, jornada inferior ao mínimo legal, deverá ela ser obedecido este limite, nos termos do art. 58 da CLT. B: opção incorreta, pois a redução de 30 minutos deve ser calculada sobre a jornada fixada na convenção coletiva, ou seja, sete horas diárias, na medida em que a convenção ainda estava na vigência. Caso não estivesse na vigência da convenção coletiva, a redução de 30 min. seria calculada sobre a jornada de trabalho ordinária de 8 horas, na medida em que, nos termos da súmula 277, I, do TST, as condições de trabalho alcançadas por força de convenção coletiva vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho. C: opção correta, pois a opção está em consonância com o art. 620 da CLT. D: opção incorreta, pois contraria o princípio da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador, disposta no art. 620 da CLT GABARITO “C”

24. João da Silva ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Alfa Empreendimentos Ltda., alegando ter sido dispensado sem justa causa. Postulou a condenação da reclamada no pagamento de aviso prévio, décimo terceiro salário, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional e indenização compensatória de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS, bem como na obrigação de fornecimento das guias para levantamento dos depósitos do FGTS e obtenção do benefício do seguro-desemprego. Na peça de defesa, a empresa afirma que o reclamante foi dispensado motivadamente, por desídia no desempenho de suas funções (artigo 482, alínea “e”, da CLT), e que, por essa razão, não efetuou o pagamento das verbas postuladas e não forneceu as guias para a movimentação dos depósitos do FGTS e percepção do seguro-desemprego.

Considerando que, após a instrução processual, o juiz se convenceu da configuração de culpa recíproca, assinale a alternativa correta.

- (A) O reclamante não poderá movimentar a conta vinculada do FGTS.
- (B) O reclamante não tem direito ao pagamento de indenização compensatória sobre os depósitos do FGTS.
- (C) A culpa recíproca é modalidade de rescisão unilateral do contrato de trabalho.
- (D) O reclamante tem direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário

e das férias proporcionais.

A: opção incorreta, pois havendo culpa recíproca o reclamante poderá movimentar sua conta de FGTS, nos termos do art. 20, I, da Lei 8.036/90. B: opção incorreta, pois nos termos do art. 18, § 2º, da Lei 8.036/90, havendo culpa recíproca, o reclamante tem direito ao pagamento de indenização compensatória sobre os depósitos do FGTS corresponderá a 20%. C: opção incorreta, pois a culpa recíproca é hipótese de resolução do contrato de trabalho que ocorre sempre que uma ou ambas as partes praticarem uma falta. A rescisão do contrato de trabalho ocorre sempre que uma ou ambas as partes resolvem, sem justo motivo, romper o pacto laboral. D: opção correta, pois o art. 484 da CLT determina que, havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o juiz reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, pela metade. Importante frisar que o saldo de salário deverá ser pago integralmente, nos termos da súmula 14 do TST. GABARITO “D”

25. Paulo, empregado da empresa Alegria Ltda., trabalha para a empresa Boa Sorte Ltda., em decorrência de contrato de prestação de serviços celebrado entre as respectivas empresas. As atribuições por ele exercidas inserem-se na atividade-meio da tomadora, a qual efetua o controle de sua jornada de trabalho e dirige a prestação pessoal dos serviços, emitindo ordens diretas ao trabalhador no desempenho de suas tarefas. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A terceirização é lícita, não acarretando a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora.
 - (B) A terceirização é ilícita, acarretando a nulidade do vínculo de emprego com a empresa prestadora e o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com a empresa tomadora.
 - (C) A terceirização é ilícita, acarretando a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora.
 - (D) A terceirização é lícita, acarretando a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora.
-

A: opção incorreta, pois a terceirização apresentada no caso é considerada ilícita. B: opção correta, pois embora realizada em atividade meio da empresa, estava presente na relação apresentada a existência de personalidade e a subordinação, reconhecendo, desta forma, a relação de emprego entre Paulo e a empresa tomadora de serviços Boa Sorte Ltda., nos termos da súmula 331, I e III, do TST. C: opção incorreta, pois na terceirização considerada ilícita a responsabilidade será solidária, com fundamento no art. 942 do Código Civil, tendo em vista que a contratação por meio de empresa interposta é ilegal e não produz qualquer efeito, nos moldes do art. 9º da CLT. D: opção incorreta, pois a terceirização é considerada ilícita e não lícita e a responsabilidade será solidária e não subsidiária como induz a opção. GABARITO “B”

26. Assinale a alternativa correta em relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

- (A) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS, posto ser trintenária a prescrição para a cobrança deste último.
- (B) Na hipótese de falecimento do empregado, o saldo de sua conta vinculada do FGTS deve ser pago ao representante legal do espólio, a fim de que proceda à partilha entre todos os sucessores do trabalhador falecido.
- (C) Durante a prestação do serviço militar obrigatório pelo empregado, ainda que se trate

de período de suspensão do contrato de trabalho, é devido o depósito em sua conta vinculada do FGTS.

(D) Não é devido o pagamento de indenização compensatória sobre os depósitos do FGTS quando o contrato de trabalho se extingue por força maior reconhecida pela Justiça do Trabalho.

A: opção incorreta, pois em conformidade com a súmula 206 do TST, a prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS. B: opção incorreta, pois nos termos do art. 20, IV, da Lei 8.036/90, havendo o falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. C: opção correta, pois reflete o disposto no art. 15, § 5º, da Lei 8.036/90. D: opção incorreta, pois o art. 18, 2º, da Lei 8.036/90, ensina que havendo extinção do contrato por força maior, a indenização corresponderá a 20%. GABARITO “C”

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

27. Em audiência de conciliação, instrução e julgamento, o reclamado não respondeu ao pregão, mas compareceu o seu advogado, munido de procuração e dos atos constitutivos da empresa. Dada a palavra ao reclamante, seu advogado requereu que a empresa fosse considerada revel e confessa, pelo que o juiz indeferiu a juntada da defesa escrita que o advogado da parte reclamada pretendia apresentar. Assinale a alternativa correta, indicando como deve o advogado da parte reclamada proceder.

(A) Deve conformar-se, pois, no processo do trabalho, a revelia tanto pode decorrer da ausência da parte ré quanto da falta de apresentação da defesa, estando ou não presente o advogado da parte ausente (ainda que munido de procuração) e sempre importa em confissão quanto a qualquer matéria, de fato ou de direito.

(B) Deve conformar-se, pois, no processo do trabalho, a revelia decorre da ausência da parte ré, importando em confissão quanto a qualquer matéria, pelo que a presença do advogado da parte ausente, munido de procuração e defesa, é irrelevante.

(C) Deve lançar em ata o protesto, alegando que, no processo do trabalho, a revelia decorre da falta de apresentação de defesa, pelo que a presença do advogado, munido de procuração, supre a ausência da parte.

(D) Deve lançar em ata o protesto, alegando que, no processo do trabalho, a revelia decorre da ausência da parte ré, importando em confissão quanto à matéria de fato, pelo que o juiz deve receber a defesa apresentada pelo advogado da parte ausente, desde que munido de procuração, para o exame das questões de direito.

A: opção incorreta, pois prevalece na doutrina que a revelia nos domínios do processo do trabalho se dá com a ausência da reclamada à audiência inaugural, em conformidade com o art. 843 da CLT. B: opção incorreta, pois a revelia no processo do trabalho gera a confissão quanto à matéria de fato e não para as matérias de direito. C: opção incorreta, pois o art. 843 da CLT dispõe que na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes. D: opção correta, pois na questão estamos trabalhando como advogado da reclamada e por este motivo devemos defender seus interesses. Desta forma, os interesses da reclamada seriam melhores defendidos, se lançando em ata o protesto, consignando que, no processo do trabalho, a revelia decorre da ausência da parte ré à audiência (art. 843 da CLT), importando em confissão exclusivamente quanto à matéria

de fato, devendo o juiz receber a defesa apresentada pelo advogado da parte ausente para o exame das questões de direito. GABARITO “D”

28. A respeito do recurso de revista, é correto afirmar que

- (A) é cabível nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta à Constituição da República.
- (B) não é cabível para reforma de decisão visando à uniformização de jurisprudência e restabelecimento da lei federal violada.
- (C) é cabível em sede de execução, de decisão em embargos à execução, nas mesmas hipóteses de cabimento das decisões decorrentes de recurso ordinário.
- (D) é cabível para corrigir injustiças de decisões em recurso ordinário, havendo apreciação das provas produzidas nos autos do processo.

A: opção correta, pois reflete o disposto no art. 896, § 6º, da CLT. B: opção incorreta, pois o art. 896, *a*, da CLT, prevê tal hipótese. C: opção incorreta, pois nos termos do art. 896, § 2º, da CLT o recurso de revista é cabível somente na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. D: opção incorreta, pois dada a natureza extraordinária do recurso não é permitido o reexame de fatos e provas, nos termos da súmula 126 do TST. GABARITO “A”

29. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à execução trabalhista.

- (A) As partes devem ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, exceto da contribuição previdenciária incidente, que ficará a cargo da União.
- (B) Tratando-se de prestações sucessivas, por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.
- (C) Em se tratando de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, uma vez que obedece à gradação prevista em lei.
- (D) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los será sempre do juízo deprecante.

A: opção incorreta, pois de acordo com o art. 879, § 1º-B, da CLT, as partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente. B: opção correta, pois reflete o disposto no art. 892 da CLT. C: opção incorreta, pois contraria o entendimento cristalizado na súmula 417, III, do TST. D: opção incorreta, pois de acordo com a súmula 419 do TST, a competência para julgar os embargos de terceiro é do juiz deprecante, salvo se tratar de vícios ou irregularidades de penhora, avaliação ou alienação de bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último. GABARITO “B”

30. Quanto ao cabimento do mandado de segurança na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido o exercício do *jus postulandi* das partes quando da impetração do mandado de segurança na Justiça do Trabalho.
- (B) Cabe a impetração de mandado de segurança da decisão que indefere liminar ou homologação de acordo.
- (C) O mandado de segurança impetrado contra decisão liminar que concedeu a tutela antecipada perde o objeto quando da superveniência de sentença nos autos

originários.

(D) Tratando-se de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, ainda que nomeados outros bens à penhora, uma vez que obedece à gradação da lei processual.

A: opção incorreta, pois a súmula 425 do TST determina não ser possível fazer uso do *jus postulandi* - art. 791 da CLT, para a impetração de mandado de segurança. B: opção incorreta, pois nos termos da súmula 418 do TST, a concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança. C: opção correta, pois reflete o disposto na súmula 414, III, do TST. D: opção incorreta, pois contraria o disposto na súmula 417, I, do TST. GABARITO “C”

31. Lavrado auto de infração contra uma empresa por alegada violação às normas da CLT, o valor da multa importa em R\$ 5.000,00. Pretendendo recorrer administrativamente da multa, a empresa

- (A) não precisará recolher qualquer multa para ter apreciado o seu recurso administrativo.
 - (B) não precisará depositar a multa, pois isso somente será obrigatório se desejar ajuizar ação anulatória perante a Justiça do Trabalho.
 - (C) para ser isenta do depósito da multa, deverá valer-se de ação própria requerendo judicialmente a isenção até o julgamento do recurso administrativo.
 - (D) deverá recolher o valor da multa, que ficará retida até o julgamento do recurso administrativo.
-

A: opção correta, pois embora a multa esteja prevista no art. 636, § 1º, da CLT, sendo exigida como condição para interposição do recurso administrativo, o TST interpretou referido dispositivo de lei, conforme o art. 5, LV, da CF (princípio do contraditório e ampla defesa), editando a súmula 424, ensinando que a norma em debate não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, ante a sua incompatibilidade com o inciso LV do art. 5º. B: opção incorreta, pois não há obrigatoriedade de depósito em anulação anulatória. C: opção incorreta, pois em conformidade com a súmula 424 do TST não há exigência de multa. D: opção incorreta, vide comentários da opção A. GABARITO “A”

DIREITO PENAL

32. Com relação à aplicação da lei penal, assinale a opção incorreta.

- (A) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade, pela qual considera-se praticado o crime no momento da ação ou do resultado.
 - (B) A lei posterior, que de qualquer modo favoreça o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
 - (C) Ocorre a *abolitio criminis* quando a lei nova deixa de considerar determinado fato como crime, ocasionando a extinção da punibilidade dos fatos ocorridos anteriormente à edição da lei nova.
 - (D) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública, por quem estiver a seu serviço.
-

A: art. 4º, CP. Adotou-se, quanto ao *tempo do crime*, a *teoria da ação ou da atividade*;
B: art. 2º, parágrafo único, do CP. É o chamado *princípio da retroatividade benéfica ao*

rêu; C: art. 2º, *caput*, do CP; D: art. 7º, I, *c*, do CP. Gabarito "A"

33. Com relação aos critérios para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente fará jus à substituição o réu que for condenado a pena não superior a 4 (quatro) anos.
 - (B) Se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.
 - (C) A substituição nunca poderá ocorrer se o réu for reincidente em crime doloso.
 - (D) Em caso de descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos, esta será convertida em privativa de liberdade, reiniciando-se o cumprimento da integralidade da pena fixada em sentença.
-

A: a assertiva estaria correta se se referisse somente aos crimes dolosos. Sucede que *também* faz jus à substituição, além do condenado a pena não superior a 4 anos, aquele condenado por crime culposos, qualquer que seja a pena; B: proposição correta, nos termos do art. 44, § 2º, segunda parte, do CP; C: a substituição, neste caso, é, em regra, vedada – art. 44, II. Entretanto, poderá ela operar-se se estiverem presentes os requisitos a que alude o art. 44, § 3º, do CP, a saber: a substituição há de ser *socialmente recomendável*; e o réu não pode ter reincidido na prática do mesmo crime (reincidência específica); D: é verdade que o descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos acarreta a sua conversão em privativa de liberdade. Mas não é verdadeira a afirmação segundo a qual, neste caso, a pena fixada na sentença deve ser cumprida na íntegra. Em vista do disposto no art. 44, § 4º, do CP, “no cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de 30 dias de detenção ou reclusão”. GABARITO “B”

34. Em relação ao cálculo da pena, é correto afirmar que

- (A) a análise da reincidência precede à verificação dos maus antecedentes, e eventual acréscimo de pena com base na reincidência deve ser posterior à redução pela participação de menor importância.
 - (B) é possível que o juiz, analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, fixe pena-base em patamar acima do máximo previsto.
 - (C) é defeso ao juiz fixar a pena intermediária em patamar acima do máximo previsto, ainda que haja circunstância agravante a ser considerada.
 - (D) o acréscimo de pena pela embriaguez preordenada deve se feito posteriormente à redução pela confissão espontânea.
-

A: os *maus antecedentes* fazem parte do rol do art. 59 do CP. Trata-se das chamadas *circunstâncias judiciais*. Devem, por isso, ser levados em conta na eleição do *quantum* da pena-base, que constitui a primeira etapa de fixação da pena. A *reincidência*, por sua vez, por se tratar de circunstância agravante (art. 61, I, CP), será analisada em momento posterior, na chamada segunda fase (fase intermediária). No mais, a redução de pena pela participação de menor importância – art. 29, § 1º, do CP – deve ser aplicada pelo magistrado na terceira e derradeira fase de fixação da pena, posterior, portanto, ao acréscimo decorrente da reincidência, operada na segunda fase de fixação da pena (circunstância agravante); B e C: na primeira e na segunda etapas de aplicação da pena, é defeso ao juiz fixá-la em patamar superior ou inferior ao estabelecido no preceito secundário do tipo penal incriminador. Já na terceira fase é possível fixar-se pena inferior à mínima ou superior à máxima; D: art. 67 do CP. GABARITO “C”

35. Osíris, jovem universitária de Medicina, soube estar gestante. Todavia, tratava-se de gravidez indesejada, e Osíris queria saber qual substância deveria ingerir para interromper a gestação. Objetivando tal informação, Osíris estimulou uma discussão em sala de aula sobre o aborto. O professor de Osíris, então, bastante animado com o interesse dos alunos sobre o assunto, passou também a emitir sua opinião, a qual era claramente favorável ao aborto. Referido professor mencionou, naquele momento, diversas substâncias capazes de provocar a interrupção prematura da gravidez, inclusive fornecendo os nomes de inúmeros remédios abortivos e indicando os que achava mais eficazes. Além disso, também afirmou que as mulheres deveriam ter o direito de praticar aborto sempre que achassem indesejável uma gestação. Nesse sentido, considerando-se apenas os dados mencionados, é correto afirmar que o professor de Osíris praticou

- (A) o crime previsto no art. 286 do Código Penal, que dispõe: “incitar, publicamente, a prática de crime”.
- (B) a contravenção penal prevista no art. 20 do Decreto-Lei 3.688/41, que dispõe: “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto”.
- (C) fato atípico.
- (D) o crime previsto no art. 68 da Lei 8.078/90, que dispõe: “fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança”.

A conduta praticada pelo professor de Osíris é atípica. O tipo penal prefigurado no art. 286 do Código Penal exige que o agente aja com o propósito de *estimular, impelir* a prática de crime (elemento subjetivo do tipo). Não é o que se deu no contexto apresentado no enunciado. Em verdade, o professor, instigado pelos alunos, apenas exerceu seu direito à manifestação do pensamento (art. 5º, IV e IX, da CF), é dizer, exteriorizou sua opinião acerca do aborto, sem, com isso, incitar a sua prática. Note bem: ele não disse “praticuem o aborto”; ele limitou-se a defender seu ponto de vista sobre o tema, estimulando, a seu respeito, um debate. Não há que se falar, de outro lado, na prática da contravenção prevista no art. 20 da LCP, visto que não houve, por parte do professor, anúncio de processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto. No mais, inexistente relação de consumo entre o professor e os alunos. Além disso, o bem jurídico protegido pela Lei 8.078/90 é diferente daquele tutelado pelo crime de aborto. GABARITO “C”

36. Tício praticou um crime de furto (art. 155 do Código Penal) no dia 10/01/2000, um crime de roubo (art. 157 do Código Penal) no dia 25/11/2001 e um crime de extorsão (art. 158 do Código Penal) no dia 30/5/2003. Tício foi condenado pelo crime de furto em 20/11/2001, e a sentença penal condenatória transitou definitivamente em julgado no dia 31/3/2002. Pelo crime de roubo, foi condenado em 30/01/2002, com sentença transitada em julgado definitivamente em 10/06/2003 e, pelo crime de extorsão, foi condenado em 20/8/2004, com sentença transitando definitivamente em julgado no dia 10/6/2006. Com base nos dados acima, bem como nos estudos acerca da reincidência e dos maus antecedentes, é correto afirmar que

- (A) nosso ordenamento jurídico-penal prevê como tempo máximo para configuração dos maus antecedentes o prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou extinção da pena e eventual infração posterior.
- (B) na sentença do crime de furto, Tício é considerado portador de maus antecedentes e, na sentença do crime de roubo, é considerado reincidente.
- (C) na sentença do crime de extorsão, Tício possui maus antecedentes em relação ao

crime de roubo e é reincidente em relação ao crime de furto.

(D) cinco anos após o trânsito em julgado definitivo da última condenação, Tício será considerado primário, mas os maus antecedentes persistem.

A: incorreta, pois a configuração dos *maus antecedentes* (art. 59, CP) não está condicionada a prazo algum. Tal se dá somente com a *reincidência* (art. 61, I, CP), que deixará de produzir efeitos depois de cinco anos do término do cumprimento ou extinção da pena (art. 64, I, do CP); B: incorreta, já que não poderia Tício, quando da sentença do crime de furto, ser portador de maus antecedentes porquanto nenhuma infração penal praticara antes disso, isto é, tanto o cometimento do roubo quanto o da extorsão foram posteriores; C: esta assertiva, em princípio, está correta, já que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória do crime de furto (31/3/2002) é anterior à prática do crime de extorsão (30/5/2003), o que torna Tício reincidente. Quanto ao fato de Tício, neste caso, ser portador de maus antecedentes, impende registrar que há, na doutrina, divergência. Se consideramos como critério a data em que foi prolatada a sentença no processo que apura o crime de extorsão, em vista do entendimento firmado na Súmula 444 do STJ, caracterizados estarão os maus antecedentes, já que o trânsito em julgado da sentença condenatória no crime de roubo se deu em data anterior. Agora, se consideramos como critério a data da prática do crime de extorsão, levando-se também em conta o preconizado na Súmula 444 do STJ, não haveria, neste caso, que se falar em maus antecedentes, na medida em que o cometimento do crime de extorsão é anterior ao trânsito em julgado da sentença condenatória do crime de roubo. Dito de outro modo, quando da prática do crime de extorsão, segundo este segundo critério, compartilhado por parte da doutrina, ainda não havia condenação definitiva em desfavor de Tício; D: a teor do art. 64, I, do CP, o termo inicial do prazo de cinco anos após o qual Tício será considerado novamente primário é a data do término do cumprimento ou extinção da pena. GABARITO “C”

37. Configura modalidade de peculato prevista no Código Penal

- (A) o peculato eletrônico, modalidade anômala de peculato, consistente em inserir dados falsos, alterar ou modificar dados no sistema de informações da administração pública.
 - (B) o peculato por erro de outrem, consistente na apropriação de bem ou valores que o funcionário tenha recebido pela facilidade que seu cargo lhe proporciona.
 - (C) o peculato-desvio, consistente no desvio de bens ou valores, pelo funcionário público, em benefício de terceiro.
 - (D) o peculato-culposo, consistente na apropriação de bens ou valores que o funcionário tenha recebido por erro de outrem em razão do cargo público que exerce.
-

A: a conduta descrita nesta alternativa - dada como certa - não está contemplada, na íntegra, no art. 313-A do Código Penal, que abriga o chamado peculato eletrônico. A descrição contida na alternativa não contém o elemento subjetivo específico, consistente na finalidade de *obter vantagem indevida para si ou para outrem* ou *para causar dano*. Ademais, a *dados* deveria ser agregado o termo “corretos”, pois é imprescindível à caracterização do crime do art. 313-A que os dados indevidamente alterados ou excluídos sejam *corretos*. cremos, por isso, que esta proposição não poderia ser considerada como correta; B: o contido na assertiva não corresponde ao crime do art. 313 do CP – *peculato mediante erro de outrem*, também chamado de *peculato-estelionato* ou *peculato impróprio*. Neste, o terceiro, enganado quanto à pessoa do funcionário, entrega-lhe dinheiro ou qualquer utilidade. O *intraneus*, em vez de restituir o bem, dele se apropria, aproveitando-se do erro em que incorreu o terceiro; C:

entendemos que esta assertiva não pode ser considerada como incorreta, visto que em consonância com o art. 312, *caput, in fine*, do CP, ainda que lhe falte o elemento "...em proveito próprio..."; D: incorreta, pois o *peculato culposo*, previsto no art. 312, § 2º, do CP, pressupõe que o agente tenha concorrido para o crime doloso de outrem com culpa, é dizer, tenha agido com imprudência, negligência ou imperícia. GABARITO "A"

DIREITO DO CONSUMIDOR

38. Sobre a inversão do ônus probatório, é correto afirmar que

- (A) é garantia consumerista no processo cível desde que demonstrados os elementos básicos que caracterizem uma relação jurídica de consumo.
- (B) é obrigatória no curso da ação indenizatória por fato do produto ou do serviço.
- (C) pode ser negada caso o consumidor não comprove sua vulnerabilidade e o *fumus boni juris* do caso.
- (D) tem sua concessão adstrita à demonstração de hipossuficiência ou verossimilhança das alegações do consumidor, segundo as regras ordinárias de experiência.

A: incorreta, pois não basta tratar-se de relação de consumo; é necessário que sejam cumpridos os requisitos do art. 6º, VIII, do CDC; B: incorreta, pois, conforme mencionado, há de se cumprir os requisitos do art. 6º, VIII, do CDC, fazendo-se necessário que o juiz tome uma decisão específica a respeito (STJ: "*Em se tratando de produção de provas, a inversão, em caso de relação de consumo, não é automática, cabendo ao magistrado a apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor ou de sua hipossuficiência, conforme estabelece o art. 6, VIII, do referido diploma legal*" - AgRg no Ag 1263401/RS, DJ 23/04/2010); C: incorreta, pois a expressão "comprovação" não é adequada para o caso, pois, segundo o art. 6º, VIII, do CDC, o juiz avaliará a hipossuficiência e a verossimilhança das alegações segundo as regras ordinárias de experiência; D: correta, pois está de acordo com a redação do art. 6º, VIII, do CDC. Gabarito "D"

39. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa (responsabilidade civil objetiva) pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. Partindo desse contexto, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- (B) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais a sua apresentação; o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi colocado em circulação.
- (C) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não serão responsabilizados quando provarem que não colocaram o produto no mercado; ou quando, embora tenham colocado o produto no mercado, o defeito inexiste; ou ainda quando por culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- (D) O comerciante é igualmente responsável; quando o fabricante, o construtor, o

produtor ou o importador não puderem ser identificados; quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador; ou não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

A: incorreta (art. 12, § 2º, do CDC); B: correta (art. 12, § 1º, do CDC); C: correta (art. 12, § 3º, do CDC); D: correta (art. 13 do CDC). Gabarito "A"

40. No que se refere à proteção dos contratos de consumo, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

- (A) Certa seguradora se absteve de fazer constar de seus instrumentos contratuais que a cirurgia de obesidade mórbida estaria excluída dos serviços médicos cobertos pelo plano de saúde. Nessa situação, a prestação cirúrgica não se inclui no rol das obrigações da seguradora.
- (B) Kátia adquiriu um aparelho televisor pela Internet, tendo efetuado o pagamento por meio de cartão de crédito. Ao receber o aparelho televisor, observou que o mesmo não dispunha de várias das funções constantes na propaganda do produto, razão pela qual decidiu rescindir o contrato e devolver o bem. Nessa situação, Kátia poderá desistir do contrato desde que promova a devolução do aparelho televisor no prazo máximo de 48 horas, a contar do ato do recebimento do produto.
- (C) Marta adquiriu um moderno aparelho de trituração de alimentos para o qual o fabricante anunciou oferta de garantia de 180 dias. Nessa situação, findo o prazo da garantia contratual, Marta não poderá reclamar eventual defeito de fabricação, pois a garantia ofertada pelo fabricante é superior à garantia legal.
- (D) Certo centro hospitalar adquiriu de um fabricante europeu aparelho destinado à realização de detalhados exames clínicos. Nessa situação, em eventual litígio entre os contratantes, prevalecerá cláusula que estabelece o foro de eleição para dirimir controvérsias oriundas da avença.
-

A: art. 54, § 4º, do CDC; B: art. 49 do CDC; C: a garantia contratual deve ser somada à garantia legal (art. 50 do CDC); D: considerando que o hospital não é vulnerável, seja qual for o foro combinado entre as partes, a cláusula respectiva não será considerada abusiva, não incidindo o art. 51 do CDC. Gabarito "D"